

BRASIL CRISE

A batalha pelos empregos

Com a queda da produção industrial, várias empresas começaram a demitir. O que é possível fazer para diminuir o impacto da crise sobre o trabalho

Mariana Sanches e Ricardo Mendonça

O metalúrgico Weliton Ribeiro, de 29 anos, passou os últimos seis meses dedicando-se a pintar 416 carros por dia, de segunda a sexta-feira. Como funcionário da General Motors de São José dos Campos, interior de São Paulo, ele recebia um salário de quase R\$ 1.500 por mês para sustentar a mulher e a filha de 1 ano. A rotina de Ribeiro e de outros 743 empregados temporários da GM foi interrompida na segunda-feira à tarde quando todos foram chamados para ouvir uma mensagem do supervisor num galpão da fábrica: “É com muito pesar que temos de encerrar o contrato com vocês”, disse o chefe. A maior parte dos contratos venceria só em julho. As esperanças de efetivação que muitos ainda nutriam acabaram aniquiladas com meio ano de antecedência. “Algumas mulheres começaram a chorar ali mesmo”, diz Ribeiro. “Passei por duas cirurgias no joelho por causa de um aci-

dente de trabalho na própria GM e achava que iriam me poupar por causa disso. Ainda não acredito que fui demitido.”

Ribeiro e seus colegas metalúrgicos são a mais recente leva de desempregados vítimas da crise internacional que começa a atingir com mais força as empresas brasileiras. A primeira da fila foi a Vale, que dispensou 1.300 funcionários no fim do ano passado depois de quedas em sua exportação. Em Minas Gerais, outras mineradoras e empresas de autopeças já demitiram cerca de 6.400 pessoas nas regiões do Vale do Aço e do Quadrilátero Ferrífero. No polo industrial de Manaus, só em dezembro, cerca de 2.700 trabalhadores foram dispensados. Algumas empresas não demitiram, mas apelaram para a suspensão temporária do contrato de trabalho, situação em que o trabalhador fica em casa recebendo seguro-desemprego, mas sem perder o vínculo com a empresa, que deve reconvoca-lo em até cinco meses. É o

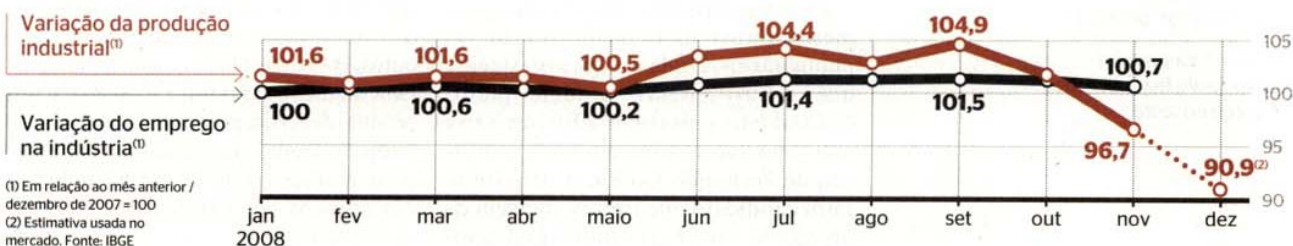
caso da francesa Renault, que suspendeu mil empregados de sua fábrica na região metropolitana de Curitiba. E da mineradora MMX, do empresário Eike Batista, que interrompeu o contrato de quase 600 em Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Na quinta-feira 15, a siderúrgica Arcelor Mittal anunciou que suspenderá o contrato de 1.300 funcionários. Nesse caso, os afastados terão 90 dias de estabilidade no emprego após o retorno.

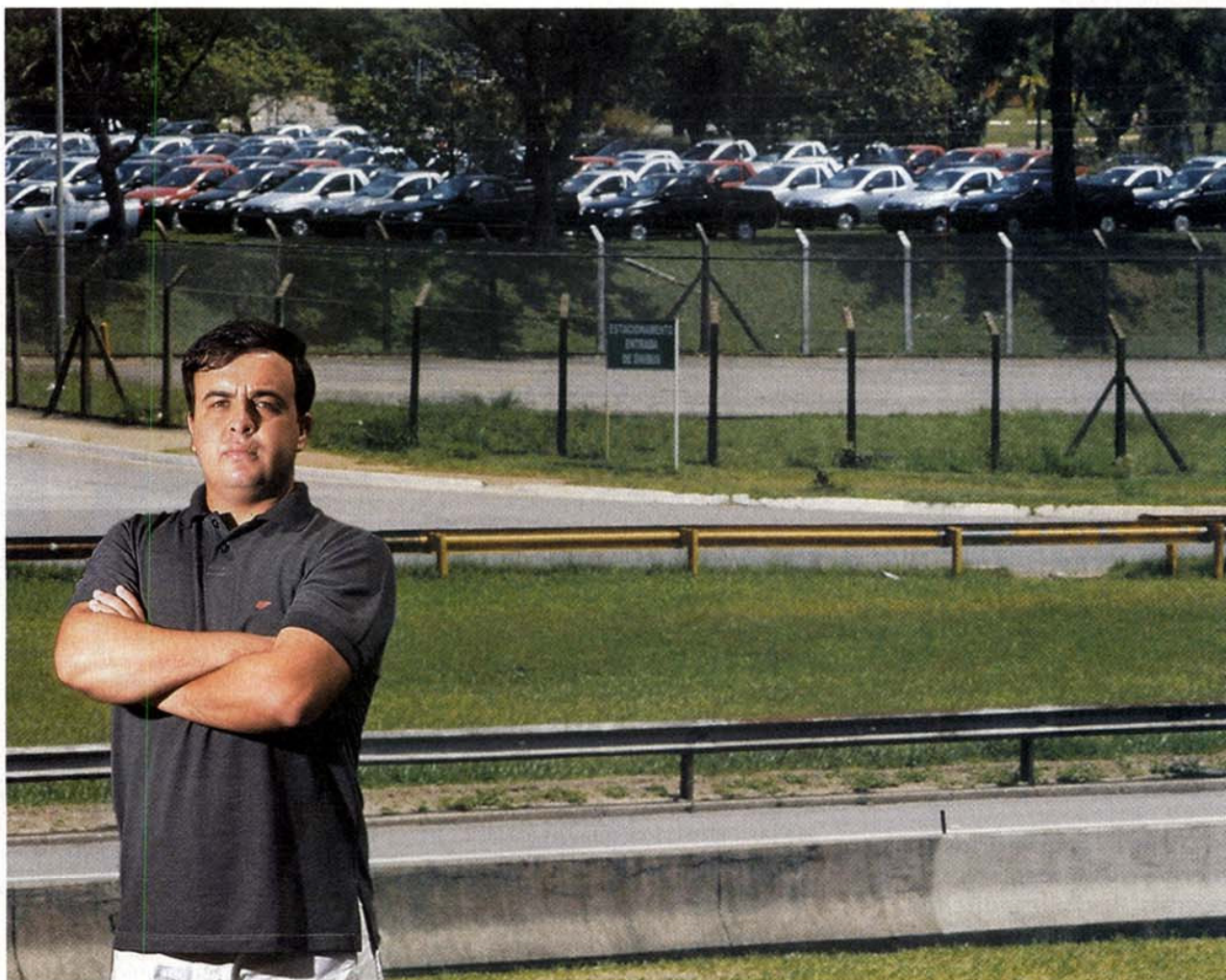
Esses episódios detonaram uma onda de nervosismo no país. Um dos epicentros foi a Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, saiu atirando contra os empresários. Disse que empresas que se beneficiaram de empréstimos de bancos públicos e reduções de impostos deveriam ser punidas se demitiram. O recado era principalmente para as montadoras, que foram favorecidas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no fim de 2008. Muitos economistas acham que a reclamação de Lupi teria mais sentido se a manutenção dos empregos tivesse sido combinada pelo governo com as montadoras antes da redução do IPI.

Paulo Skaff, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, respondeu em tom áspero: “Gostaria de conhecer a lista de empresas salvas”, disse depois de pedir “mais respeito no tratamento”. À reportagem de ÉPOCA, o vice-presidente da GM, José Carlos Pinheiros Neto,

Tendência preocupante

Em novembro, o emprego na indústria caiu 0,6%, a maior queda desde 2003. Como a produção industrial já recuou de forma mais acentuada, deverá haver, segundo os analistas, mais cortes de vagas nos próximos meses





disse que não pode garantir o fim do ciclo de demissões: “Não sei se vai haver novos desligamentos. Tudo depende do mercado. O fato é que você não faz uma empresa para admitir mão de obra excedente.”

A alteração do clima foi suficiente até para provocar uma mudança de comportamento do governo. Se no começo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parecia fazer pouco caso da crise, classificando-a como “marolinha”, seu tom agora parece bem mais preocupado. Na semana passada, Lula admitiu que o corte de vagas formais no mercado de trabalho, no mês de dezembro de 2008, pode ter batido o recorde desde 1999. “Ainda não temos os dados oficiais. Mas vamos ter para o mês de dezembro, que, na série histórica, é por volta de 300 mil a 400 mil demissões, um pouco mais. Talvez cheguemos a 800 mil demissões”, afirmou Lula. Depois, a assessoria do Palácio do Planalto corrigiu o presidente. Disse que o número a ser divulgado nesta semana, na verdade, deve chegar a 600 mil demissões, ainda assim um recorde.

Antes mesmo da divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregos, um conjunto de pesquisas e sondagens já justificava o recrudescimento do temor com o aumento do desemprego. A principal foi a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Essa pesquisa mostrou que, após três meses de estabilidade, o emprego industrial recuou 0,6% em novembro do ano passado em relação ao mês anterior (a conta é feita com ajustes para descartar efeitos sazonais). Esse resultado chamou a atenção porque foi a maior queda desde outubro de 2003, primeiro ano do mandato do presidente Lula. Ainda assim, acabou classificado como “moderado” pela maioria dos estudiosos que ficam com um olho na crise e o outro nas estatísticas.

Na sequência, outras duas pesquisas apresentaram a mesma tendência. O Sinalizador da Produção Industrial, enquête da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que procura antecipar tendências do setor, apontou para uma redução de 13,5% da produção industrial ►

NA RUA

O metalúrgico Weliton Ribeiro, na frente do pátio da GM de São José dos Campos, dias após a demissão por auto-falante. Sua preocupação é o sustento da filha de um ano

BRASIL CRISE**O tom subiu**

Diante da escalada do desemprego, representantes do governo, empresários e líderes sindicais trocam acusações e ameaças

“Tem empresário esperto forçando a mão por lucros. Ou essas empresas assumem o compromisso de não demitir, ou o governo brasileiro terá de refazer essas linhas de financiamento”

CARLOS LUPI, ministro do Trabalho

“Quem é contra a redução de salário e de jornada num momento desses está a favor do desemprego. Negociaremos com a CUT ou sem ela”

PAULO SKAFF, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

“O que os empresários querem é usar recursos federais, flexibilizar direitos trabalhistas e não dar nenhuma garantia de emprego. Isso é capitalismo sem risco”

ARTUR HENRIQUE, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

“A garantia de emprego é a venda de carros. O lucro obtido (nos meses anteriores) não impede demissões. Você não faz uma empresa para admitir mão de obra excedente”

JOSÉ CARLOS PINHEIRO NETO, vice-presidente da General Motors do Brasil

“A menina dos olhos dos empresários é a redução de jornada e de salário. Para o trabalhador é um sacrifício, mas pode ser o jeito de manter os empregos na pior fase da crise”

PAULO PEREIRA DA SILVA, presidente da Força Sindical

ENSAIO

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (*sem terno*), e empresários na Fiesp. Acordo de redução de jornada e salário foi esboçado, mas sindicalistas suspenderam a negociação

no Estado de São Paulo em dezembro. O Relatório Focus, publicado semanalmente pelo Banco Central após entrevistas com agentes do mercado financeiro, mostrou que a expectativa para o crescimento da economia em 2009 recuou de 2,4% para 2%.

Com todos esses números, o ânimo dos empresários arrefeceu. A FGV ouviu 1.086 industriais e chegou a uma constatação alarmante: 32,5% disseram que pretendem reduzir o número de empregados até fevereiro. Juntos, esses empresários empregam cerca de 1,3 milhão de trabalhadores. Em comparação com outros países, a manutenção do emprego formal no Brasil é cara pela quantidade de encargos sociais e trabalhistas que oneram os empresários. A demissão, por outro lado, é considerada fácil. Em alguns países europeus, cortes precisam ser justificados com a abertura das finanças da empresa. Com essas informações, os sindicalistas fazem contrapropostas que, em alguns casos, incluem até a redução dos salários e dos bônus recebidos pelos executivos. Apesar de os empresários reclamarem uma reforma na legislação trabalhista para diminuir os custos do emprego, esse é um assunto tabu para os sindicatos e o governo Lula e não tem condições políticas de prosperar.

Atualmente, o único consenso entre governo, patrões e empregados é que a situação do emprego vai piorar por causa da retração econômica verificada no final de 2008. O mesmo IBGE que anunciou recuo de 0,6% no emprego industrial em novembro tem constatado quedas muito mais acentuadas na produção industrial desde outubro, quando houve um retrocesso de 2,8%. Em novembro, o recuo foi de 5,2%. A previsão mais comum no mercado para dezembro é de nova queda, próxima de 6%. “A verdade é que o emprego não é uma variável independente da produção”, diz o economista Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. “E o problema é que a produção na indústria está caindo vertiginosamente.”



O descompasso entre o início da queda da produção e o início da onda de demissões tem uma explicação. Esperançosos com a hipótese de uma eventual retomada dos negócios, muitos empresários evitam demitir no primeiro momento da crise. Ficaria mais caro dispensar e ter de recontratar logo em seguida. Só que esse período de espera já está se esgotando. Muitos estão começando a perceber que a hipótese de retomada no curto prazo é remota. Começa assim o estágio das demissões. Uma análise da conjuntura distribuída pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o Iedi, traduz bem esse sentimento: “O que se pode esperar é que, infelizmente, os desdobramentos da retração na indústria sobre o emprego ainda estão por vir”. Em outras palavras, a curva do emprego está à beira do precipício.

O que fazer? Nos últimos dias, forçados pelas circunstâncias, empresários e sindicalistas esboçaram negociar alternativas para minimizar o impacto da crise no emprego. No começo da semana, representantes da Fiesp e das federações do comércio e da agricultura chegaram a sentar com sindi-



calistas da Força Sindical e da Central Geral dos Trabalhadores para estabelecer medidas emergenciais para enfrentar a crise. As principais em discussão são:

■ **Férias coletivas:** “Essa é a única hipótese mais ou menos indolor para patrões e empregados”, diz o advogado Luiz Felipe Tenório, especializado em questões trabalhistas. Por isso, costuma ser o primeiro recurso usado quando há redução da produção. A própria GM concedeu férias coletivas a seus funcionários antes de anunciar as 744 demissões da semana passada. A medida é considerada boa para o trabalhador, que recebe seu salário mesmo estando em casa, e boa para o patrão, que interrompe a produção por um mês para avaliar melhor o cenário para readequar o negócio.

■ **Licença remunerada:** nesse caso, os empregados recebem salário integral sem trabalhar e sem desconto de férias, normalmente porque elas já foram gozadas. A empresa interrompe a produção temporariamente. É ideal para as indústrias que têm a expectativa de normalizar a situação em um curto espaço de tempo ou que trabalham com encomendas. Para elas, manter os trabalhadores em

casa seria mais barato que demiti-los e depois recontratá-los. Economizam também com energia elétrica e outros recursos.

■ **Banco de horas:** o trabalhador para de trabalhar parte das horas previstas em seu contrato, mas continua recebendo o salário integral. Quando a produção total é retomada, o empregado passa a trabalhar mais horas por dia, até compensar as horas pagas não-trabalhadas. O tempo de duração da medida é negociável.

■ **Suspensão temporária do contrato de trabalho:** o empregado é afastado do trabalho por um período de até cinco meses. Durante o afastamento, recebe seguro-desemprego. Pela lei, as empresas precisam bancar cursos profissionalizantes. Algumas empresas eventualmente complementam

Sindicalistas querem que o governo aumente para 12 o número de parcelas do seguro-desemprego

a renda dos funcionários pagando parte do salário. Se, após o período combinado, a empresa quiser demitir o funcionário afastado, terá de pagar todos os valores da rescisão convencional, mais um salário integral como compensação pelo tempo de espera a que submeteu o trabalhador. O que normalmente dificulta esse tipo de acordo é a exigência de estabilidade no emprego por parte dos sindicatos. Os patrões resistem em dar essa garantia, pois não querem abrir mão da autonomia de demitir a qualquer instante.

■ **Redução da jornada com diminuição proporcional do salário:** a Fiesp e a Força Sindical negociaram na semana passada um acordo em torno dessa medida. Mas os sindicalistas recuaram da ideia, depois que os empresários disseram que não poderiam garantir a manutenção dos empregos. Essa ideia é um tabu para parte dos sindicalistas, que sempre defenderam redução da jornada sem redução do salário. Para esses sindicalistas, esse mecanismo abriria precedente para adoção de contratos por horas trabalhadas, considerado um retrocesso nos direitos trabalhistas. “A diminuição do salário implica diminuição do consumo do trabalhador”, afirma Artur Henrique, presidente da CUT. “E, se os trabalhadores não compram, os empresários não vendem. É um tiro no pé.”

A CUT se recusou a participar da reunião com os empresários, pois não aceita negociar a redução dos salários e a suspensão de contratos. Como o acordo com a Fiesp emperrou, a Força Sindical resolveu se unir à CUT para uma ação conjunta em Brasília. Os sindicalistas marcaram uma reunião com o presidente Lula. A conversa poderá amadurecer a ideia de aumentar para 12 o número de parcelas do seguro-desemprego. Hoje, para quem perde o emprego, são pagas de três a cinco parcelas, que variam de R\$ 415 a R\$ 776,46.

Como já ocorreu em outras circunstâncias, deverá aumentar também a pressão sobre o governo por mudanças macroeconômicas. As principais reivindicações são de mudanças mais arrojadas na política fiscal, com isenção de impostos para setores selecionados, e de redução na taxa de juros pelo Banco Central. A redução da taxa de juros já é aguardada para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Não por causa das usuais reclamações de sindicalistas e dos empresários, mas pela própria retração da economia. Já há apostas de que a queda da taxa de juros poderá chegar a um ponto – um corte drástico. ◆